

Segunda Guerra Mundial: O Ambiente Internacional que Ameaça a Paz, Gera a Guerra e Desencadeia o Genocídio

Tullo Vigevani



SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O AMBIENTE INTERNACIONAL QUE AMEAÇA A PAZ, GERA A GUERRA E DESENCADEIA O GENOCÍDIO

Tullo Vigevani¹

I. Introdução

As comemorações de 1995 relativas aos cinquenta anos, decorridos desde 1945, do término da Segunda Guerra Mundial, 29 de abril rendição das tropas alemãs na Itália, 8 de maio rendição incondicional da Alemanha, 2 de setembro capitulação sem condições do Japão, oferecem a possibilidade de repensar aquele conflito com um razoável distanciamento histórico. Sabemos que o bem e o mal então desenhados, as emoções provocadas por aquela guerra ainda estão longe de estarem afastadas de todos nós. Nem se trata da busca do distanciamento, às vezes sugerido como necessário, para a compreensão dos grandes acontecimentos. O que tentaremos nesta reflexão é entender as causas da guerra. Em particular, até porque a isto estamos instigados pelos impasses da política internacional contemporânea, entender como a Europa e, logo depois, a humanidade inteira, puderam ser tragadas pelas chamas sem, aparentemente, nada ter feito para impedi-lo.

A questão do porquê das guerras intrigou inúmeros pensadores ao longo dos séculos. Talvez em razão de que apenas cinquenta anos se passaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, parece não ter havido ainda a possibilidade para o estabelecimento de um corpo teórico suficientemente denso que, partindo de uma precisa pesquisa histórica, desse conta das razões de fundo, conceituais, filosóficas, políticas e econômicas que empurraram para o abismo. Com isso queremos dizer que esta obra se faz necessária. Mas, ao mesmo tempo, pelas

¹ Tullo Vigevani é professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), professor visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP (1993-1995), pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e autor de A II Guerra Mundial (Editora Moderna), História e Conceito de Terceiro Mundo (Editora Ática), organizador de Rosa de Luxemburg (Editora Unesp).

razões que discutiremos em seguida, não há qualquer certeza relativamente à possibilidade de consolidar este corpo teórico.

Uma questão central a ser inicialmente assinalada refere-se à enorme diversidade com que as opiniões públicas, portanto o senso comum, ao longo do tempo perceberam o contexto europeu dos vinte anos decorridos entre 1919 e 1939. Uma opinião pública formada ao longo da guerra, portanto num clima necessariamente de extrema belicosidade e tendencialmente de aniquilação recíproca, acabou, depois de 1945, por reler não apenas a própria guerra, mas também os anos que a precederam, ao menos de 1933 a 1939, de forma maniqueísta, como se, naqueles anos, tivesse ocorrido uma verdadeira luta entre o bem e o mal. Será nossa preocupação discutir, se não for possível demonstrá-lo, que os anos transcorridos desde a assinatura do Tratado de Versalhes (1919) e mesmo desde a ascensão do Partido Nacional Socialista (Nazista) (1933) ao poder, não foram percebidos da forma como a história elaborada pelos vencedores os apresentou posteriormente. A história dos vencedores busca atribuir, ainda que de forma às vezes atenuada por interpretações e por análises, quase toda a responsabilidade pela guerra ao fascismo, ao militarismo japonês e, sobretudo, ao nazismo. Contrapondo-se parcialmente a esta linha, surgiu, nos anos oitenta, na Alemanha, uma outra interpretação do nazismo, da política alemã antes e durante a guerra, do genocídio, conhecida como revisionismo histórico alemão, que ganhou notoriedade universal com a *Historikerstreit* (querela dos historiadores).

II. Realismo e Idealismo

A literatura sobre as relações internacionais anteriores a 1 de setembro de 1939 (dia do início da guerra, quando a *Wehrmacht* atravessou a fronteira da Alemanha com a Polónia), e mesmo a imediatamente posterior, não apresentava uma guerra europeia ou mundial como de todo inevitável. Havia uma percepção crescente com a deterioração cada vez maior das condições para a paz. O

Anschluss da Áustria, março de 1938, e a Conferência de Munique, setembro de 1938, haviam sinalizado para a opinião pública que as exigências alemãs seriam cada vez mais pesadas. Ainda assim, a política de *Appeasement*, praticada pelos governos inglês e francês, parecia sustentar-se com algum fundamento. A teoria realista no campo das relações internacionais, que terá grande influência após 1945, e que não tem necessariamente cor político-ideológica, podendo ser apropriada à direita e à esquerda, insiste no fato que a atitude dos Estados é sobretudo posicional, e que esta posicionalidade é de natureza mais defensiva do que ofensiva. De acordo com Grieco (1991), esta atitude dos Estados explica que as perspectivas de cooperação estão determinadas pela potencialidade de ganhos relativos. Por outro lado, as atitudes de não cooperação, e até de guerra, seriam explicáveis pelo fato de que a persistência de incertezas foi e é um elemento determinante essencial das relações entre Estados e, acrescentamos nós, das relações humanas em geral.

Isto é, relembremos agora, quando a Segunda Guerra Mundial é apresentada como um choque entre totalitarismo, democracia e comunismo, que os elementos que permitiram seu desencadeamento, em função de agressividade ou de apaziguamento, foram os interesses estatais nacionais, ainda que o fator dinâmico na busca da modificação destes interesses tenham sido os Estados que buscavam a alteração, em seu favor, do *status quo* vigente.

É amplamente reconhecido na literatura, e esta era uma percepção viva nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, que o Tratado de Versalhes de 1919 havia imposto condições draconianas à Alemanha e tampouco havia sido satisfatório, assim como os outros Tratados de Paz, para outros vencedores, em particular para a Itália e o Japão. Contrariamente ao preconizado por Wilson e pelos pacifistas que inspiraram a criação da Sociedade das Nações, os resultados daquela guerra criaram uma nítida cisão entre os Estados defensores do *status quo*, então chamados “Estados de bem-estar”, e os Estados que queriam alterar o *status quo*, chamados de “Estado de poder”. A Primeira Guerra Mundial havia sido combatida por muitos, especialmente pelos inimigos dos Impérios Austro-Húngaro

e Otomano, em nome dos direitos nacionais e da autodeterminação dos povos. Assim, quando a Alemanha, com todo o ímpeto a partir de 1933, inicia uma ação internacional voltada ao restabelecimento dos seus direitos nacionais e de potência européia, que considerava alienados pela força, encontra um clima internacional, uma opinião pública, classes médias e governos que claramente emitiam sinais de debilidade no tocante ao estabelecimento de limites para a política revisionista e restauracionista.

Colocada a questão desta forma simplificada, resultará difícil captar a complexidade da situação, onde outros fatores igualmente relevantes tiveram um peso incalculável. Lembremos dois: (a) o cálculo que governos conservadores europeus, particularmente Grã-Bretanha e França, faziam quanto à possibilidade de utilização da Alemanha nazista como barreira à expansão da União Soviética; (b) a fusão na Alemanha de reivindicações sentidas como próprias pelos segmentos majoritários de seu povo com a tradição militarista prussiana e, mais grave, com uma *Weltanschauung* que contrapunha ao conceito iluminista de nação por contrato (*Vertragsnation*) o conceito de nação por herança (*Erbnation*), com origem no romantismo alemão.

Estamos nesta parte do texto buscando retomar em rápidas pinceladas o quadro às vésperas da guerra, de forma a explicar alguns dos impasses então existentes e algumas das questões que atormentavam os seres humanos, as classes, os partidos políticos, os dirigentes dos Estados. Em outras palavras, colocava-se para a humanidade de então, inclusive para os alemães que não compunham o núcleo duro do regime nazista nem tampouco passaram à oposição, liberais, conservadores, populares, uma questão persistentemente clássica e atual: a prevalência dos valores morais ou a prevalência da razão de Estado. Parece que colocada a questão da guerra desta forma, estaremos em melhores condições de compreendê-la e, se quisermos, de extrair ensinamentos úteis. Em outras palavras, não é aconselhável interpretar a Segunda Guerra Mundial com os valores inerentes aos juízos *ex-post*. Se tivermos em conta os

juízos *ex-ante* (VITA, 1993), então se tornará mais compreensível porque deixou-se o nazismo alcançar o poder que atingiu.

Utilizando a interpretação elaborada por Terra (1980) do pensamento de Kant, pode-se sugerir um conflito entre os momentos determinante, reflexionante e político-estético. Isto é, a posição de parte substancial da opinião pública inglesa e de outros países atinha-se ao julgamento determinante, que ao ter como referência uma particular visão do direito e da justiça, no caso em tela os direitos históricos alemães, não pôde ter em conta o juízo reflexionante. Este poderia sugerir, através de uma avaliação perspectiva de resultados, no caso os riscos implícitos à política nazista, o que poderia advir. Neste caso haveria, ainda, dubiedade no que se refere à ética, pois, para muitos, os riscos apontados no tocante ao nazismo, ao menos até 1938, soavam como julgamento de intenções. Mesmo a *Kristallnacht* (Noite dos Cristais), de novembro de 1938, o maior ataque anti-semita até então, soou como um *pogrom*. Goebbels havia recebido de Hitler a autorização para queimar sinagogas, lojas e propriedades, mas não a autorização para atacar pessoas. Mais importante, até março de 1939, quando as tropas alemãs ocuparam a Boêmia, a Moravia e Praga, a política exterior de Berlim declarava-se voltada apenas à restauração da integridade nacional.

O encadeamento de acontecimentos que levaram à Segunda Guerra Mundial, inclusive os atos alemães que passaram à história como exemplos de agressividade nazista, foram em grande medida legais frente à ordem internacional existente ou, ao menos, foram cobertos por acordos pré-existentes ou elaborados ocasionalmente, garantindo-se, assim, a chancela do *establishment* internacional de então. Se hoje, com os olhos postos no passado e com a leitura que a guerra e o pós-guerra induziram, olhamos para a década de trinta como a um cenário de violações do direito internacional, de aceitação do uso da força, porque isto não terá perecido tal à geração madura de então? A justificativa dos “Estados de poder”, as potências insatisfeitas, apresentada pelos seus dirigentes políticos, mas certamente apoiados por boa parte da população, concentrava-se no fato de que os Tratados existentes eram não tanto o resultado

de um determinado equilíbrio desfavorável a seus interesses, determinado pela sorte das armas, mas que mesmo nestas condições eram injustos: portanto a justiça e a moral internacional deveriam levar ao reconhecimento da necessidade de revisão dos acordos e das regras existentes. Mas todos os Estados, os de democracia liberal, os totalitários e a União Soviética, mesmo quando mantinham um discurso ideológico como pano de fundo de sua política exterior, não tolhiam a validade da definição de Morgenthau de balança de poder (*balance of power*): “A aspiração por poder de parte de muitas nações, cada uma buscando manter ou alterar o *status quo*, leva necessariamente a uma configuração que é chamada balança de poder e a políticas que visam preservá-la” (MORGENTHAU, 1985, p.187).

Carr, em 1939, apontou alguns dos pressupostos do realismo que se constituiriam em referencial teórico nas relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial. O que importa assinalar é que este realismo partia exatamente da observação dos acontecimentos prévios à guerra. Para Carr, era imprescindível à correta análise da situação européia e mundial dissipar a ilusão de que a política dos Estados que estão satisfeitos com o *status quo*, defensores do valor segurança como referência básica, fosse diferente e menos preocupada com a força do que a política dos Estados insatisfeitos. A política de poder se aplicaria, portanto, a todas as partes. “Esta ilusão (a respeito da expressão popular ‘política de poder’), que exerce uma atração quase irresistível sobre os publicistas das potências saciadas, é responsável por muitas das idéias confusas sobre política internacional. A busca da ‘segurança’, pelas potências saciadas, tem sido freqüentemente motivo de flagrantes exemplos de política de poder. Tendo em vista assegurarem-se contra a vingança de um inimigo derrotado, as potências vitoriosas, no passado, recorreram a medidas como a tomada de reféns, a mutilação ou escravização de homens em idade militar, ou, nos tempos atuais, o desmembramento e ocupação de território ou desarmamento forçado. É profundamente errôneo representar a luta entre as potências saciadas e as insatisfeitas como uma luta entre a moral, de um lado, e a força, do outro. É uma

questão na qual, qualquer que seja o envolvimento moral, a política da força predomina em ambos os lados” (CARR, 1981, p.107,108).

III. O *Appeasement*

A política do *appeasement* levada adiante pelos britânicos até março de 1939, quando o *premier*, Neville Chamberlain, empenhou seu governo na defesa da Polônia, reiterando compromissos e acordos existentes, deve ser analisada tendo em conta suas motivações e não apenas como expressão de debilidade frente à agressividade alemã. A década de Trinta prolongando-se durante a guerra, até as eleições de 1945, viu a Grã-Bretanha sob o domínio dos conservadores, vencedores nas eleições de 1931 e 1935. Com algumas exceções, como as de Winston Churchill, de Robert Vansittart e de Leopold Amery, que percebiam a especificidade do regime nazista, buscando o estreitamento das relações com a França, em geral o grupo dirigente conservador tinha outra percepção. As condições políticas na Grã-Bretanha e na França eram muito diferentes. Após sucessivos governos de direita e de centro, em maio de 1936 chega ao governo, na França, a Frente Popular, com forte presença da esquerda e com plataforma antifascista. Como havia sido sob o governo conservador de Georges Clemenceau no período de negociação do Tratado de Versalhes, a França, agora sem sucesso, colocava-se como a principal antagonista, no Ocidente, às pretensões alemãs que cresciam a olhos vistos, como já o demonstrara a denúncia do Tratado de Locarno e a ocupação da zona desmilitarizada da Renânia em março de 1936. A crise da Frente Popular e o retorno da direita e do centro ao governo não alteraram este quadro. A França, antes mesmo da ocupação militar da Renânia, buscara respaldo por meio de acordos com a URSS, o que levava, em 1935, à assinatura de um Pacto Franco-Soviético. São evidentes as motivações francesas: toda reivindicação alemã alteraria direta ou indiretamente o *status quo* existente, aumentando diretamente o grau de insegurança.

Por diferentes razões, os conservadores britânicos não tinham confiança na França e continuaram favoráveis a uma revisão de todo o sistema de Tratados de segurança em vigência na Europa em favor da Alemanha. Esta última, também por razões objetivas, vistas as cláusulas do Tratado de Versalhes que haviam limitado sua capacidade militar, era considerada pelo governo de Londres, mesmo depois de 1933, como fraca e merecedora de apoio e compreensão. A França, em parte, era recompensada por sua intransigência nos dois primeiros anos de governo de Hitler, quando o governo nacionalista de Gaston Doumergue levou ao fracasso as negociações com a Alemanha, que, sob estímulo britânico e italiano, teria aceito, no contexto da revisão de Versalhes e Locarno, um aumento limitado de suas forças armadas. Desde abril de 1934 o governo francês publicara sua decisão: “recusava solenemente legalizar o rearmamento alemão, já que este havia tornado as negociações inúteis e portanto, a França, de agora em diante garantiria sua segurança com seus próprios meios”(DUROSELLE, 1972, p.152).

Os britânicos, entre eles o diretor do Times, Geoffrey Dawson, consideravam a possibilidade de uma revisão pacífica dos Tratados internacionais. Importantes dirigentes políticos como Michael Astor, Stanley Baldwin, *premier* de 1935 a 1937, os ministros do *Foreign Office* como John Simon, Samuel Hoare, Edward Frederick Halifax, o braço direito de Chamberlain Horace Wilson, todos consideravam a possibilidade de novos equilíbrios, suficientes para estabilizar a situação internacional e, sobretudo, suficientes para conter o nacional-socialismo. O reconhecimento de um novo *status* para a Alemanha seria, de acordo com esta perspectiva, um caminho inevitável.

Mais uma vez coloca-se a questão das razões desta tendência. Carr aponta para o fato que no período entre as duas Guerras Mundiais aprofundou-se a distância entre o que a moral internacional deveria idealmente ser, que considera um objetivo utópico, e a realidade internacional efetiva. Em outros termos, foi-se alargando a distância entre os aspectos normativos da moral, muitas vezes parecidos, se não idênticos, aos valores morais individuais, e os aspectos relativos à realidade internacional, que é uma realidade inter-estatal. No que se

refere à situação que levou ao desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, é evidente que prevaleceu, como a teoria realista gosta de enfatizar, a moral de Estado, que não passava da hegeliana razão de Estado. Para Carr, a questão alcançou tal nível instrumental que, finalmente, “a moral internacional, como exposta por muitos outros anglo-saxões contemporâneos, tornou-se pouco mais do que uma arma conveniente para invectivar contra os que atacavam o *status quo*” (CARR, 1981, p.142).

O *appeasement* britânico não pode ser compreendido como circunstancial, nem pode ser interpretado como uma tendência oportunista da liderança *torie* dos anos Trinta. Algumas elaborações sobre relações internacionais surgidas depois da Segunda Guerra Mundial, em diferentes perspectivas, insistem, ainda que centralmente preocupadas com as relações de equilíbrio sistêmicas ou com o papel dos Estados Unidos, no significado da hegemonia. A Grã-Bretanha após 1914 já não era responsável pelo que havia sido a *Pax Brittanica* no auge de seu imperialismo. Ainda assim, o neutralismo norte-americano e a específica situação soviética contribuíram para um papel central da Grã-Bretanha no sistema internacional, ainda que não hegemônico, mas que não deixava de ser efetivo em algumas circunstâncias, como, por exemplo, em seu papel de principal fiador da Sociedade das Nações. Portanto, além dos aspectos ideológicos considerados negativos do nacional-socialismo, o autoritarismo, a opressão das minorias, o racismo ariano, o anti-semitismo, o próprio militarismo e o nacionalismo, uma reabilitação da Alemanha para um papel apropriado no cenário europeu não era considerada negativamente. Para o governo de Londres e para parte da opinião pública não se tratava em nenhuma hipótese de abdicar de alianças tradicionais, em especial com a França, mas apenas de restabelecer equilíbrios considerados mais realistas, adequados às relações de poder existentes (econômicas, demográficas, territoriais, culturais etc.). Na percepção britânica esta adequação resultaria em possibilidades novas, incluindo-se entre elas a de uma paz mais estável e duradoura.

Post facto este enfoque, que tanto peso teve na precipitação dos acontecimentos na direção oposta daquilo que pretendia alcançar, é facilmente criticável. O que queremos aqui destacar é que do ponto de vista da Grã-Bretanha em absoluto deve ser visto como absurdo ou até covarde, como o senso comum posterior tende a apresentar.

Os interesses do governo de Londres às vésperas da Segunda Guerra Mundial eram típicos de uma potência ex-hegemônica em declínio. A crise de 1929, a dívida britânica para com os Estados Unidos, as dificuldades de fazer prevalecer o que era considerado o direito internacional afiançado pela Sociedade das Nações, como acontecera em ocasião das crises da Abissínia e da Espanha, eram todas facetas que demonstravam, para seus dirigentes políticos, a necessidade de alcançar novos equilíbrios que evitassem um declínio maior e, ao mesmo tempo, pudessem ser alcançados com os menores custos. Isto é, o declínio, como analisou Nye (1990), pode estimular, por um lado, a tendência à manutenção da liderança coletiva, que, porém, para ser efetiva, necessita, nas novas condições, contar com a colaboração ativa de outros países. Por outro lado, o declínio pode estimular fenômenos de interdependência, através dos quais se fortaleceriam as tendências que levariam a políticas cooptativas em relação aos países resistentes à cooperação com acenos à possibilidade de sua satisfação por meio de acordos em que suas vantagens seriam, ao menos proporcionalmente, superiores às dos demais cooperantes. Sem dúvida, a política britânica em relação à Alemanha, até março de 1939, partia destes pressupostos que, como sabemos, não deixam de ter forte incidência em épocas mais recentes.

IV. A política da Alemanha nazista

Servindo de contraponto ao que dissemos das políticas britânica e francesa, é preciso esboçar algumas considerações sobre a política da Alemanha nazista. A política de *Appeasement*, apesar das considerações de seus defensores, acaba sendo, de fato, um estímulo ao revanchismo alemão. Halifax,

em viagem a Berlim em novembro de 1937, reconheceria haver entre os dois países um ponto central de entendimento, que era o anti-bolchevismo. O governo britânico, de acordo com a documentação, aceitava “modificações no quadro europeu, listando, entre essas, questões como Dantzig, a Áustria e a Checoslováquia, porém subordinando a solução não apenas a um processo de evolução pacífica, mas, ao mesmo tempo, a um retorno da Alemanha à Sociedade das Nações e a um projeto de desarmamento” (NOLTE, 1988, p.227).

A política alemã vinha sofrendo modificações aceleradas a partir de 1936. A denúncia do Tratado de Locarno e a saída da Sociedade das Nações, mesmo sem terem sido anulados outros acordos e tratados, liberou, a partir de 1936, a Alemanha para uma política de rearmamento de características espetaculares. Isto permitiu a Hitler, em novembro de 1937, uma guinada que significava a passagem a uma política exterior ativa. O objetivo sempre declarado de autodecisão dos alemães deveria ser alcançado com meios pacíficos, mas, a partir daquele momento, implicaria o uso da ameaça de guerra e sua efetiva utilização em caso de necessidade. No tocante à Áustria e à Checoslováquia, falava-se sempre de uma solução da questão alemã e, ao mesmo tempo, de conquista de um maior espaço vital. Em discurso de janeiro de 1939, no *Reichstag*, Hitler sistematizava de forma mais acabada suas concepções: “para ele, o anti-bolchevismo, o anti-marxismo e o anti-semitismo constituíam um todo unitário que não tinha como objetivo simplesmente a revisão de Versalhes, a afirmação do direito de autodeterminação para o povo alemão ou a formação de um espaço vital para um ‘*Reich* germânico’ na Europa Ocidental” (NOLTE, 1988, p.235), mas, como resultado de tudo isso, formulava uma chamada doutrina de “libertação do mundo”.

Foi exatamente neste período, que vai de Munique à ocupação de Praga, de outubro de 1938 a março de 1939, que a opinião pública britânica, mas também os governos de Londres e Paris, passaram a considerar a possibilidade efetiva de guerra. Esta modificação de atitude e de expectativas não pode ser compreendida apenas como consequência da elevação do tom das ameaças e

dos *ultimatum* alemães. Ainda menos importantes eram as considerações morais e ideológicas. As motivações de fundo da guerra européia, finalmente declarada em setembro de 1939 como consequência da invasão da Polônia, demonstram a importância de algumas das considerações da teoria realista das relações internacionais. A invasão da Polônia acabou sendo considerada o fator decisivo na ameaça à estabilidade do *status quo ante*, não pela oposição de princípio a qualquer modificação, mas pelo fato que permitir à Alemanha a ocupação da Polónia desequilibraria de forma irreversível a relação de forças (*balance of power*) e aumentaria de forma incomensurável o fator incerteza para todos os outros Estados e povos.

As negociações entre Berlim e Varsóvia no ano que antecedeu a declaração de guerra mostram, ainda, uma perspectiva de acordos que não desagradaria totalmente os britânicos. Desde outubro de 1938, depois de Munique portanto, o ministro do exterior alemão, Joachim von Ribbentrop, propôs ao embaixador polonês Jozef Lipski a restituição de Dantzig à Alemanha, e uma estrada e linha ferroviária extra-territoriais que atravessassem o corredor. Nas sucessivas conversações envolvendo Hitler e o ministro das relações exteriores da Polónia, Jozef Beck, as relações não se deterioraram imediatamente, visto que o pano de fundo possível permanecia sendo a comum oposição à URSS e a expansão alemã para a Ucrânia. Os acontecimentos posteriores, inclusive a declaração de Chamberlain, de 31 de março de 1939, dando garantias militares à Polónia, evidenciam que perdida a perspectiva cooperativa, sobressaem com toda intensidade as articulações visando contraposições de poder. A URSS passa a ser intensamente visada como potencial aliada por franceses e britânicos e, finalmente, pelos próprios alemães que buscam um equacionamento de forças favorável às próprias pretensões, principalmente no terreno militar e territorial

Mesmo no agosto incandescente de 1939, a Alemanha continuou agindo na busca de alteração do *status quo*, apresentando-se ainda na posição de quem reivindicava o fim das injustiças de Versalhes e, para a opinião pública e os governos ocidentais, como o baluarte anti-comunista. Em conversa com o

delegado da Sociedade das Nações para Dantzig, Carl J. Burckhardt, em agosto de 1939, isto é, quando as negociações para o Acordo Alemanha-URSS estavam quase concluídas, Hitler afirmava: “todas as minhas ações são dirigidas contra a URSS; se o Ocidente é demasiado estúpido e demasiado cego para compreendê-lo, serei obrigado a fazer um acordo com os russos, vencer o Ocidente e, depois de sua derrota, dirigir-me com todas as forças contra a União Soviética. Tenho necessidade da Ucrânia, a fim de que não mais passemos fome, como na última guerra” (NOLTE, 1988, p.249). Pode-se perceber que, mesmo na véspera da guerra, o discurso permanece sendo o do espaço vital e no *ultimatum* de 28 de agosto de 1939, dado à Polônia por intermédio do embaixador britânico Neville Henderson, as exigências apresentadas, consideradas inaceitáveis, mantinham alguma relação com as tradicionais reivindicações nacionais alemãs.

V. Conclusões

O revisionismo histórico alemão, representado por Nolte e seus colegas, busca reinterpretar o nazismo, sem justificá-lo, partindo do pressuposto da existência de uma guerra civil latente na Europa a partir de 1917, cujo núcleo original se encontrava na revolução russa antes e na União Soviética depois. Assim, os regimes totalitários de direita, na Itália, na Europa Central e Oriental, sobretudo na Alemanha, teriam suas causas explicativas na reação ao totalitarismo bolchevique que ameaçaria ou parecia ameaçar o conjunto da humanidade. Nesta perspectiva, ficam eclipsadas ou ao menos amenizadas as características específicas do nazismo. Ou melhor, estas características ganham explicações novas ao desenvolverem-se num contexto psicológica e historicamente suposto originariamente defensivo.

Não sendo nosso objetivo nesta ocasião a discussão das posições do revisionismo histórico alemão, cabe assinalar que tem como matriz algumas das linhas mestras do pensamento realista, colocando de ponta cabeça alguns de seus pressupostos, ou utilizando-os de forma especular. De fato, algumas das

motivações do nazismo, ou melhor, algumas das bandeiras que soube levantar, não eram estranhas nem às idéias de alguns dos revolucionários de outubro nem aos pressupostos de uma parte das elites dos países de democracia liberal. Particularmente o reconhecimento de fundamento ao sentimento de injustiça de que padeciam os alemães, desde Weimar até Hitler, fazia parte do senso comum. A questão que se coloca é porque, então, nada de fundamental foi feito para superar a questão, ou, ao menos, não foi possível qualquer acordo geral nesta direção.

A resposta, acreditamos, a apresentamos ao longo do texto. Uma intransponível tensão entre segurança, interesses nacionais e incertezas produziu a catástrofe. Produziu sobretudo o imobilismo. Uma conclusão de inestimável valor para a análise das relações internacionais posteriores a 1945, até nossos dias, é a de que a defesa do *status quo* não é uma política que possa durar muito com sucesso. Mesmo no caso em que dure, isto só será possível a custos incomensuráveis, até, eventualmente, o limite da insuportabilidade. Este limite será alcançado não só pelo aumento dos custos diretos, mas também pelas conseqüências que se determinarão no campo social e econômico interno e internacional. Para Carr, “estabelecer meios de mudança pacífica é, portanto, o problema fundamental da moral e da política internacionais” (CARR, 1981, p.206). Hoje podemos afirmar que tanto a política de *appeasement* quanto a recusa de qualquer negociação não produziram os resultados desejados.

De qualquer forma, cabe ressaltar que a diferenciação entre “Estados de poder” e “Estados de bem-estar” apenas parcialmente é útil à compreensão da Segunda Guerra Mundial. Buscamos entender as razões das posições internacionais dos Estados, mas isto está longe de ser suficiente para a explicação da evolução interna dos regimes. A debilidade francesa e britânica a partir de 1936 fortaleceu as características específicas do nazismo, ao permitir que o “orgulho nacional”, restabelecido em níveis inimagináveis, pudesse ser capitalizado pelo nacional-socialismo e por Hitler em particular. A guerra permitiu, por inúmeras razões, o fortalecimento do grupo dirigente e instigou até o limite

máximo a busca de sobrevivência do regime, levando-o rapidamente, sobretudo a partir do momento em que a guerra se torna mundial, junho de 1941 ataque à URSS, dezembro de 1941 Pearl Harbour, a um enfrentamento entendido não apenas como militar, mas entendido como de sobrevivência nacional e humana. Nestas condições, o ambiente internacional, somado às características do nazismo e da própria Alemanha, leva à destruição total, ao genocídio, considerando-se a aniquilação do inimigo interno previamente criado, a partir de 1942 os judeus sobretudo, elemento imprescindível de sobrevivência, única alternativa à própria morte. Passava-se a linha demarcatória que a humanidade ao longo dos séculos havia estabelecido para a guerra.

A busca da compreensão da Segunda Guerra Mundial indica quão difíceis são os caminhos para o estabelecimento de parâmetros de política internacional. Fonseca Júnior e Lafer, em contexto totalmente diferente, sugerem ser a tolerância um valor chave para o encaminhamento da construção de uma ordem internacional justa (LAFER e FONSECA JÚNIOR, 1994). Mas eles próprios acrescentam reconhecer a complexidade epistemológica do tema, visto o valor tolerância conter em si relação com a natureza da verdade. Poderemos concluir que, a partir de 1945, alguns dos ensinamentos do realismo político foram absorvidos ao longo da Guerra Fria, tanto no polo liderado pelos Estados Unidos quanto no polo liderado pela URSS, com conseqüências ao mesmo tempo positivas e negativas. Mesmo com o crescimento do debate sobre os valores cooperação internacional e interdependência e mesmo com suas reais implementações, não é possível desconhecer que para avançar nestas direções os Estados, ao menos os que têm condições para isso, atuam sem desconhecer que o poder, ainda que não em sentido militar, continua sendo um instrumento necessário quando se quer alcançar objetivos e diminuir as incertezas desestabilizantes.

Enfim, as dificuldades para se definir políticas, como vimos ao rever os grandes impasses registrados às vésperas da Segunda Guerra Mundial, parecem, apesar de tão modificadas as circunstâncias, permanecer. Os caminhos para se

alcançar uma ordem internacional justa não estão claramente estabelecidos. Aspectos do realismo e do idealismo se fazem ainda necessários às análises modernas.

Bibliografia

- Carr, Edward Hallett. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981 (1939).
- Duroselle, Jean-Baptiste. Storia diplomatica dal 1919 al 1970. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1972.
- Grieco, Joseph M. Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of newest liberal institutionalism. In Baldwin, David A. (editor). Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate. New York, Columbia University Press, 1991.
- Lafer, Celso e Fonseca Júnior, Gelson. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas. In Fonseca Júnior, Gelson e Castro, Sérgio Henrique Nabuco de (organizadores). Temas de Política Externa Brasileira II, volume I. São Paulo, IPRI-Editora Paz e Terra, 1994.
- Morgenthau, Hans Joachim. Politics among nations. New York, Alfred A. Knopf, 1985 (1948).
- Nolte, Ernst. Nazional-socialismo e Bolscevismo. Firenze, Sansoni Editore, 1988.
- Nye, Joseph S.. Bound to lead: the changing nature of American power. New York, Basic Books, 1990.
- Terra, Ricardo. Política e história na filosofia kantiana. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, mimeo, 1980.
- Vita, Álvaro de. Justiça Liberal: argumentos liberais contra o neoliberalismo. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor

Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes

Vice-Reitora

Profa. Dra. Miriam Krasilchik

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Umberto Giuseppe Cordani (Diretor)

Alfredo Bosi (Vice-Diretor)

Carlos Takyia (a partir de setembro/95) – Aluno de Pós-Graduação-USP

Edison Barbieri (até setembro/95)

Walter Colli

Maria Victória de Mesquita Benevides

Henrique Fleming

Rodolfo Hoffmann

Fernando Leça